

UNIVERSIDADES PORTUGUESAS COM ACESSO A FUNDOS DA CEE

As universidades portuguesas vão poder dispor, pela primeira vez, de apoios comunitários à compra de equipamentos, no âmbito do novo programa-quadro da investigação científica, da Comunidade Europeia, afirmou Arantes e Oliveira.

O programa já foi aprovado no final do conselho de ministros da investigação dos 12 em Bruxelas, e o secretário de Estado português da Investigação Científica anunciou-o aos jornalistas.

Manifestando-se satisfeito com os resultados da reunião Arantes de Oliveira salientou que «os pontos de vista de Portugal foram aceites» na elaboração do programa-quadro, em vigor, entre 1987 e 1991.

Entre esses pontos, sublinhou os que se referem ao estímulo, valorização e utilização dos recursos humanos, exploração dos fundos e valorização dos recursos marinhos, ciência e técnica ao serviço dos países em vias de desenvolvimento, energia não nuclear e utilização racional de energia.

O conceito de valorização dos recursos humanos — acentuou — foi alargado ao reequipamento de grupos de alto nível, permitindo por exemplo, o financiamento de compras de equipamento para as universidades portuguesas, «tão mal equipadas», acrescentou.

A este programa foi concedida uma verba de 180 milhões de Ecus, por um período de cinco anos.

Para os projectos de exploração dos fundos e valorização dos recursos marinhos, a Comunidade orçamentou também pelo mesmo período de cinco anos, 50 milhões de Ecus, enquanto para os de

apoio aos países em vias de desenvolvimento reservou 80 milhões.

Sobre este último, programa, Arantes de Oliveira, salientou as vantagens portuguesas em acções no domínio da agricultura e medicina tropicais, dada a existência de grande número de investigadores nestas áreas em Portugal.

O Conselho de Ministros decidiu ainda conceder apoios no valor de 122 milhões de ECU's a projectos no domínio da energia não nuclear e na utilização racional da energia.

Os projectos fazem parte do programa-quadro de investigação científica comunitária para os próximos cinco anos, num valor global superior a 6000 milhões de ECU's.

O programa-quadro inclui 3396 milhões de ECU's destinados a novas decisões e 1084 milhões a medidas já tomadas.

Do montante global, 417 milhões de ECU's continuam bloqueados pelo Reino Unido, que remete uma decisão sobre o assunto para o final do ano, depois da próxima cimeira de chefes de Estado e de Governo dos 12, em finais de Dezembro, em Copenhaga.

Os maiores montantes destinam-se a acções nos domínios das tecnologias de informação e telecomunicações (2275 milhões de ECU's).

Os ministros da investigação da Comunidade Europeia aprovaram ainda três orientações comuns sobre igual número de programas.

As orientações comuns terão de ser formalizadas, após decisão favorável do Parlamento Europeu sobre o assunto.

Em causa está a aprovação de 550 milhões de ECU's para o

programa Race (telecomunicações), que vigora desde 1 de Julho último até 30 de Junho de 1992, 65 milhões para a investigação comum em medicina e saúde (1 de Janeiro de 87 a 31 de Dezembro de 1991) e de 80 milhões de ECU's destinados à ciência e tecnologia ao serviço do desenvolvimento (1 Janeiro de 87 a 31 de Dezembro 1992).

Os ministros manifestaram-se também favoráveis a uma verba de 1600 milhões de ECU's destinados à segunda fase do programa ESPRIT (tecnologias de informação), em vigor de 1989 a 1993.

No entanto, Arantes de Oliveira salientou durante o Conselho que «seria lamentável que um programa utilizando mais de 25 por cento dos meios financeiros do programa-quadro viesse a contribuir para acentuar os desequilíbrios actualmente existentes na Comunidade, em vez de atenuar, conforme os desejos de todos nós».

Responsáveis comunitários apontam numerosas vezes o programa ESPRIT como dirigido às grandes empresas europeias do sector.

A primeira fase do programa, também por um período de cinco anos, foi iniciada em 1984.

A participação comunitária nos programas de investigação científica é equivalente a 50 por cento dos custos dos projectos aprovados.

A ordem de trabalhos do Conselho incluía ainda a análise da reestruturação do Centro Comum de Investigação Científica.

Os custos elevados de manutenção do centro têm sido criticados por alguns Estados membros, que advogam uma reestruturação do organismo, a qual, na falta de um relatório da comissão sobre o tema, será analisada num novo Conselho.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Investigação científica-subordin